

Evento	Reunião do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão
Data	11/9/2024
Horário	11h
Local	Híbrida - presencial na Sala de Reuniões da Presidência e telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo;- Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional, Carlos Eduardo Oliveira Dias;- Juiz Rafael de Almeida Martins;- Juíza Flávia Farias de Arruda Corseuil;- Servidor da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Maurício Bonilha Orsi;- Coordenadora de Informações Funcionais de Servidores, Giuliana Pardo Policastro La Guardia;- Servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação de Comunicações, Marcos Geraldo de Castro Justino;- Servidor da Seção de Classificação de Processos e Diligências Internas, Jorge Kamal Castro Kfoury;- Servidora da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce;- Servidor da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Yury Sampaio Silva;- Servidor do Gabinete da Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza Rodolfo Jose Andrello;
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini;- Servidor da Área de Fisioterapia, Fauzi El Kadri Filho;- Coordenador de Projetos e Obras, Flávio Roberto Opúsculo Cabral;- Servidor da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté, Sisenando Gomes Calixto de Sousa;- Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE, Rafael Trombini Sanguini (titular);- Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE, Mércia das Virgens Santos (suplente);- Servidor Thiago Maida Salotti;- Servidora Fabiana de Araujo Guerra Grangeia.

**Pauta /
Assuntos**

- Mapeamento: informações sobre o Censo e pesquisa nacional, para colaborar com dados que possam ser utilizados pelo TRT-15;
- Seminário de 26/9/2024 sobre Acessibilidade;
- Ciência de que grupo de apoio fará reuniões e levará futuras propostas ao Subcomitê;
- Proposta de republicação ou nova edição de edital para cadastro de intérpretes;
- Outros assuntos.

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação.

Dra. Rita comentou que houve reunião com grupo de apoio antes e pediu para que todos os participantes fizessem suas breves apresentações, tendo em vista a inclusão de novos componentes:

- Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, foi Juíza Titular no Fórum Trabalhista de Campinas por muitos anos e atualmente é Desembargadora, ocasião em que também passou a coordenar o Subcomitê;
- Giuliana Pardo Policastro La Guardia é servidora da Secretaria de Gestão de Pessoas, responsável por coordenação com 17 pessoas e 4 PcDs, duas em teletrabalho total, uma presencial e uma em teletrabalho parcial, sendo sensível à temática;
- Patricia Luchi Pesce é servidora responsável pela Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, que assessora os Colegiados Temáticos (Comissões, Comitês, Subcomitês, Comissões Regimentais e Grupo de Trabalho) e faz a intermediação deles com a Administração do Tribunal e com os órgãos superiores;
- Juiz Rafael de Almeida Martins, juiz substituto móvel em Campinas, tem deficiência física na mão, já participou anteriormente e retornou ao Subcomitê;
- Juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias, participa como Juiz Auxiliar da Corregedoria, comentou que, nas correições no 1º Grau, há também verificação de espaço físico e de atendimento às normas do CNJ e CSJT sobre acessibilidade;
- Marcos Geraldo de Castro Justino é servidor da Secretaria de Tecnologia da

Informação e Comunicações (SETIC), traz demandas de acessibilidade ligadas à TI e tem visão monocular;

- Juíza Flávia Farias de Arruda Corseuil está em sua primeira participação em Subcomitê, é juíza substituta fixa na VT Rio Claro e trabalha com servidor deficiente visual, sendo estimulada a participar do Subcomitê pelo Jairo;
- Jairo Maurano Machado fez sua audiodescrição, contou ser deficiente visual - cego, por glaucoma congênito -, servidor há 11 anos, assistente da Dra. Flávia, possui formação em Direito e mestrado em Educação Especial, já havia integrado e retornou;
- Rodolfo José Andrello é assistente da Dra. Rita Penkal, atua em teletrabalho, mora em Jales, fez também sua audiodescrição, explicou ser deficiente visual, atualmente auxiliando no Gabinete do Dr. Levi, já atuou na 1ª instância;
- Jorge Kamal Castro Kfoury é PcD por transtorno do espectro autista, utiliza equipamento para abafar ruídos, atuou no grupo de apoio ao PJe e atualmente está no cadastramento processual, em teletrabalho por conta da deficiência, à disposição para propor melhorias, manifestando a importância de receber pauta anteriormente, para evitar ansiedade;
- Yuri Sampaio Silva é servidor ouvinte nesta reunião, substituindo o Maurício, servidor da Coordenadoria de Acessibilidade e Sustentabilidade.

Dra. Rita, então, deu as boas-vindas aos novos integrantes e elucidou que o Subcomitê não tem papel deliberativo, mas sim o papel de levar pareceres e propostas a serem submetidas à Administração.

Pedi que os integrantes PcDs tragam ao Subcomitê as barreiras e as demandas qualificadas por quem vive as questões de problemas de acessibilidade e inclusão.

Passando à discussão da pauta encaminhada previamente pela Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, a equipe teve o conhecimento e fez propostas acerca dos seguintes temas:

- **Mapeamento:** informações sobre Censo e pesquisa nacional, para colaborar com dados que possam ser utilizados pelo TRT-15:

Dra. Rita explicou que já havia outro questionário em andamento no Tribunal, com a pesquisa sobre assédio, o que poderia gerar confusão ou falta de retorno, caso o Subcomitê abrisse nova pesquisa ao mesmo tempo.

Por outro lado, houve Censo nacional sobre deficiências, o que pode ajudar a conhecer melhor a realidade.

A partir disso, Maurício fará um levantamento, confrontando o censo realizado pelo TST e a proposta de mapeamento do Subcomitê, para identificar as semelhanças e aproveitar os dados.

Num segundo momento, será disponibilizado um questionário mais amplo, com dificuldades relacionadas a assédio e a inclusão, com possibilidade de respostas sigilosas.

- Seminário de 26/9/2024 sobre Acessibilidade:

Dra. Rita trouxe ao conhecimento de todos que haverá evento organizado pelo Subcomitê e pela Escola Judicial, neste mês de luta da pessoa com deficiência. Pediu a divulgação a outras pessoas, informando que será em formato híbrido, das 9h às 16h. Será enviada a todos a programação.

No seminário, a JT tem caminhado para melhorar acessibilidade e inclusão. Entre os temas, haverá o debate sobre o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva; Observatório do Trabalho e Pessoa com Deficiência para o Estado de São Paulo; bem como apresentação de empresas que têm projetos com PcDs e inclusão no mercado de trabalho.

No dia 27 de setembro, haverá visita ao Instituto Admax, para conhecer trabalho com cão-guia, em Salto de Pirapora, aberta inicialmente aos magistrados.

Jairo explicou que o interessado em receber um cão-guia pode fazer o pedido em formulário próprio e documentos médicos, contando, porém, que a fila é de cerca de 3.000 pessoas e que as dificuldades são investimento financeiro, demanda muito grande e perfil a ser analisado pelos institutos.

Dr. Carlos Eduardo demonstrou surpresa com o número de pessoas na fila e perguntou se há raças específicas de cachorro e o que dificulta, para pensar em como ajudar,

intermediar instituições que adotam animais, se há restrições e ideias para aproximar as instituições.

Dra. Rita complementou que o cachorro precisa ter perfil muito específico, atuar adequadamente na rua e em todos os lugares, sem distrações.

Jairo compartilhou artigo escrito no mestrado sobre cães-guia:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/13762>.

Em breve, a Escola Judicial fará a divulgação do evento de 26 de setembro.

- Ciência de que grupo de apoio fará reuniões e levará futuras propostas ao Subcomitê:

Dra. Rita levou ao Subcomitê que houve participação de poucas pessoas na reunião do grupo de apoio e solicitou opiniões se deveria consultar novamente os convidados ou se deveria propor ao Exmo. Desembargador Presidente a integração dessas 3 pessoas que participaram ao Subcomitê.

Rodolfo sugeriu que todos recebam as atas, mesmo sem serem participantes de Subcomitê, Comitês ou de grupo de apoio, possibilitando uma forma de trabalho mais ativa e a disseminação mais direcionada às PcDs, inclusive colhendo *feedback*.

Dra. Rita completou que poderia haver um canal de comunicação próprio, a partir da listagem disponível na Gestão de Pessoas, para enviar por e-mail, em formato de informativo, de forma mais atrativa, dividido em tópicos, para conhecimento das PcDs.

Jorge opinou por abrir vaga às três pessoas participantes da reunião do grupo de apoio, já que demonstraram forte interesse.

Dr. Carlos informou que há sete PcDs entre os 229 juízes recém-aprovados no concurso para magistratura. Haverá adaptação para proporcionar curso formatado para pessoas com deficiência, com treinamento prévio dos professores e uso de metodologias ativas, leitor de telas etc.

Dr. Rafael e Dra. Flávia sugeriram perguntar aos demais convidados ausentes se ainda há interesse em participar como grupo de apoio ou não. Dra. Rita propôs que fosse feita essa consulta por e-mail, em nome do Subcomitê.

O Subcomitê aprovou os dois encaminhamentos: levar à Presidência a proposta de integrar os três participantes e consultar os demais sobre interesse em formar grupo de apoio.

Dra. Flávia propôs e o Subcomitê aprovou que, ao fim de cada reunião, um ou alguns membros fiquem responsáveis por elaborar um resumo para ser enviado a PcDs (lista será enviada pela Giuliana à DACC).

- Proposta de republicação ou nova edição de edital para cadastro de intérpretes:

As Varas de Trabalho trazem eventualmente demandas por intérpretes de libras para as audiências.

Maurício acessou a reunião, fez sua breve apresentação e falou que houve sensibilização dos gestores sobre o tema dos intérpretes em janeiro, explicando a diferença entre o cadastramento de intérpretes no sistema SIGEO e no AJ/JT, para atuação e recebimento de honorários, diferente da atuação do balcão visual.

A pessoa com deficiência auditiva tem direito a intérprete, segundo Dra. Rita. Existe o cadastro de peritos e também de intérpretes e tradutores de libras.

Dra. Rita sugeriu voltar a abrir edital para inscrição ou a fazer nova divulgação.

Dr. Rafael comentou que houve empresa interessada em apresentar trabalho de intérpretes online e que poderia conhecer o trabalho, mas Dra. Rita lembrou que dependeria de licitação para eventual contratação de empresas para eventos, sessões e audiências de 1º Grau.

Dra. Flávia ponderou que a própria empresa às vezes traz o intérprete de libras utilizado no ambiente laboral, ou integrante da família, com autorização do trabalhador, pelas dificuldades e custos grandes para contratação de intérpretes. Apoiou que futura licitação conte também com intérprete para o 1º Grau.

Jairo sugeriu que poderia divulgar o edital junto ao PPGEEEs/UFSCAR e ao TILSP/UFSCAR.

O Subcomitê concordou com as propostas para encaminhamento, tanto de propor à

Presidência republicar o edital como de incluir o 1º grau em licitações.

- Outros assuntos:

Giuliana comentou que haverá curso autoinstrucional sobre "Inclusão e diversidade no ambiente de trabalho", pelo CSJT/CEDUC-JT, com inscrições abertas até 10 de outubro e duração de 20 horas, com ofício e link de inscrição (<https://ead.csjt.jus.br/enrol/index.php?id=529>) que irá compartilhar com DACC, para encaminhamento na ata, chat e e-mail.

Mauricio Bonilha Orsi compartilhou a Resolução CSJT 218/2018, que dispõe sobre a nomeação dos intérpretes e também a Resolução CNJ 401/2021.

Jorge trouxe ao conhecimento de todos que foi recentemente publicada a Resolução CNJ 573/2024, que institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência e necessidades especiais e atualiza política de acessibilidade, liberando PcDs de apresentar laudo anual e dependentes em até cinco anos. Giuliana completou que haverá análise pela área da saúde.

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, então, agradeceu a presença e encerrou a reunião às 12h30. Próxima reunião a ser agendada para novembro.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	11/9/2024
Ata aprovada por	Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo	Em	13/9/2024